

HISTÓRIA DA 2 VIDA PRIVADA

Da Europa feudal à Renascença

Organização
Georges Duby

Tradução
Maria Lúcia Machado

1ª reimpressão



Copyright © 1985 by Éditions du Seuil

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Histoire de la vie privée — Vol. 2: De l'Europe féodale à la Renaissance

Na versão de bolso, foram suprimidas imagens que constam na primeira edição da série, que vem sendo publicada pela Companhia das Letras desde 1989.

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Cecília Ramos

Revisão

Diana Passy

Vivian Miwa Matsushita

Índice remissivo

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

História da vida privada, 2 : da Europa feudal à Renascença / organização Georges Duby ; tradução Maria Lúcia Machado — São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

Título original: Histoire de la vie privée : vol. 2: de l'Europe féodale à la Renaissance.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1409-2

1. Civilização medieval 2. Europa — Condições sociais — Até 1492 3. Europa — Usos e costumes 4. Idade Média — História I. Duby, Georges. II. Título: Da Europa feudal à Renascença.

09-00761

CDD-940.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Europa : Vida Privada : Civilização : Idade Média 940.1

2. Idade Média : Europa : História 940.1

2009

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

SUMÁRIO

Advertência — *Georges Duby*, 7

1. ABERTURA — *Georges Duby*, 15
Poder privado, poder público, 16
2. QUADROS — *Georges Duby*, *Dominique Barthélemy*, *Charles de La Roncière*, 51
A vida privada nas casas aristocráticas da França feudal, 52
Convívio — *Georges Duby*, 52; Parentesco — *Dominique Barthélemy*, 94
A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença — *Charles de La Roncière*, 166
3. FICÇÕES — *Danielle Régnier-Bobler*, 313
Exploração de uma literatura, 314
4. PROBLEMAS — *Dominique Barthélemy*, *Philippe Contamine*, *Georges Duby*, *Philippe Braunstein*, 411
Os arranjos do espaço privado, 412
Séculos XI-XIII — *Dominique Barthélemy*, 412 — Séculos XIV-XV — *Philippe Contamine*, 439
A emergência do indivíduo, 528
A solidão nos séculos XI-XIII — *Georges Duby*, 528 — Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV — *Philippe Braunstein*, 552

Bibliografia, *649*

Índice remissivo, *661*

1
ABERTURA

Georges Duby

PODER PRIVADO, PODER PÚBLICO

PARTIR DAS PALAVRAS

O que era a vida privada nos tempos feudais? Para construir uma problemática eficaz — pois, repito-o, é disso que se trata — o melhor método, creio, é partir das palavras, explorar um campo semântico, isto é, o nicho onde se acha refugiado o conceito. Ao tomar este caminho, tenho além disso a impressão de ser fiel ao espírito daqueles eruditos que, à época que escolhi observar, cumpriam uma função análoga à que cumprio, e que em primeiro lugar eram gramáticos, começavam por estudar um vocabulário para aproximar-se do incognoscível, progredindo do mais conhecido ao menos conhecido.

Nos dicionários da língua francesa compostos no século XIX, ou seja, no momento em que a noção de vida privada adquiria seu pleno vigor, descubro de início um verbo, o verbo *priver*, significando domar, domesticar, e o exemplo dado por Littré, “um pássaro privado”, revela o sentido: extrair do domínio selvagem e transportar para o espaço familiar da casa. Descubro em seguida que o adjetivo *privado*, considerado de maneira mais geral, também conduz à ideia de familiaridade, agrega-se a um conjunto constituído em torno da ideia de família, de casa, de interior. Entre os exemplos que escolheu, Littré cita a expressão que se impunha em seu tempo: “A vida privada deve ser murada”, e propõe esta glosa, em minha opinião bastante expressiva: “Não é permitido procurar e dar a conhecer o que se passa na casa de um particular”. Todavia, e é isso que marca bem o termo *particular*, em seu sentido primeiro, mais direto, mais comum, o privado se opõe ao público. Assim, no *Littré*, estas duas citações, uma de Vauvenargues: “Aqueles que governam cometem mais

faltas que os homens privados”; e outra de Massillon: “Nada é privado na vida dos grandes, tudo pertence ao público”.

Eis-me então remetido à palavra *público*. Definição, de Littré: “O que pertence a todo um povo, o que concerne a todo um povo, o que emana do povo”. Portanto, a autoridade e as instituições que sustentam essa autoridade, o Estado. Esse primeiro sentido evolui para uma significação paralela: diz-se público o que é comum, para o uso de todos, o que, não constituindo objeto de apropriação particular, está aberto, distribuído, resultando a derivação no substantivo *o público*, que designa o conjunto daqueles que se beneficiam dessa abertura e dessa distribuição. Muito naturalmente, o deslocamento do sentido prossegue: é dito público o ostensivo, o manifesto. Assim, o termo vem opor-se, de um lado, a *próprio* (o que pertence a tal ou qual), do outro, a *oculto*, *secreto*, *reservado* (o que é subtraído).

Deve-se ficar surpreso de que um nó de significações apareça de tal maneira organizado no seio da língua latina clássica, em torno de duas palavras opostas, *publicus* e *privatus*? Na linguagem de Cícero, por exemplo, agir *privatim* (opondo-se esse advérbio a *publice*) é agir não enquanto *magistratus*, investido de um poder emanado do povo, mas como simples particular, em outro território jurídico, e igualmente não é agir fora, aos olhos de todos, no fórum, mas em seu domicílio, no interior de sua casa, isoladamente, separadamente. Quanto ao substantivo *privatum*, designa os recursos próprios (novamente, a ideia de propriedade), o uso próprio e, finalmente, ainda, o em-casa (*in privato*, *ex privato*: em ou fora da casa). Quanto a *privus*, designa também ao mesmo tempo o que é singular e o que é pessoal. Em consequência, no francês do século XIX e no latim clássico, a organização do sentido é a mesma; uma raiz, a noção de comunidade popular, da qual procedem dois ramos, um crescendo na direção do que é isento, afastado do uso comum, o outro na direção do que é doméstico, que toca ao indivíduo, mas cercado de seus próximos. Portanto, aquilo que juridicamente escapa, de um lado, a esse poder cuja natureza é especificada pela palavra *publicus*, poder do povo, e, do outro, à intrusão da multidão. A

res publica engloba todo o domínio pertencente à coletividade e que, por isso, é, de direito, considerado *extra commercium*, que não deve constituir objeto de troca no mercado. Ao passo que a *res privata* encontra-se por contraste posta *in commercio* e *in patrimonio*, isto é, na dependência de um poder diferente, o do *pater familias*, principalmente exercido no quadro fechado, voltado sobre si mesmo, da *domus*, da casa. O que nos faz voltar ao Montaillou do século XIV, às suas células domésticas fechadas, mas imperfeitamente, já que o olhar podia nelas penetrar, o olhar das comadres, o do inquisidor, mas também o olhar do historiador.

Se chego a considerar a maneira pela qual se exprimia o pensamento na Idade Média, se consulto o *Glossaire* de Du Cange, o de Niemeyer, o de Godefroy, descubro — sem surpresa, pois que a configuração semântica aparece a mesma nos dois extremos da cadeia, no século XIX e na Roma clássica — que, no meio, ela não era diferente. O latim das crônicas e das leis qualifica de *publicus* o que depende da soberania, do poder de regalia, o que é da alçada da magistratura encarregada de manter a paz e a justiça no povo (como nas expressões *via publica*, *functio publica*, *villa publica* ou, na fórmula merovíngia de Marculfe, *publica judiciaria potestas*). Aquele que se chama *publicus* é o agente do poder soberano, a *persona publica*, aquela que tem o encargo de agir em nome do povo para defender os direitos da comunidade. Quanto ao verbo *publicare*, significa confiscar, apreender, subtrair ao uso particular, à posse própria. Por exemplo, no texto de um legado funerário: *Si absque herede obirent* (“Se os doadores morrerem sem herdeiros”) *ad monasterium publicatur praedia vel quid haberent hereditario jure* (“tudo o que eles possuíam como direito hereditário será retirado desse direito e atribuído ao monastério”); ou então, na *Historia ecclesiastica*, de Orderic Vital: *Si facultates inimicorum publicarentur paupertas egenorum temperaretur* (“Se se tirasse dos inimigos o que eles possuem, a pobreza dos indigentes seria diminuída”).

Por oposição a esses termos, *privatus* e seus derivados ganham seus múltiplos sentidos, evocam o familiar, designam ainda o que não é festivo (por exemplo, na regra de são Bento, *privatis*

diebus: nos dias não feriados). Aparece, nesse ponto, uma noção muito importante para a pesquisa que conduzimos, a de festa, de cerimonial, de espetáculo montado, os gestos que se fazem, as palavras que se dizem, as atitudes que se tomam diante dos outros de maneira a mostrar-se: as palavras que sustentam a ideia de privado são reservadas, por contraste, aos comportamentos de intimidade, especialmente àqueles que são de regra no interior de uma fraternidade; assim, em certo documento dos arquivos da abadia de Sankt Gallen, o doador especifica: *Filius meus privatatem habeat inter illis fratribus* (“Meu filho terá essa *privitas* entre os irmãos do monastério”), isto é, gozará de um conjunto de prerrogativas que pertencem coletivamente àqueles que formam esse grupo fechado, isolado pela clausura monástica da sociedade pública. A palavra *privatus* chega com isso a designar o que se encontra em retiro: chama-se *privata*, em uma genealogia composta por Lambert de Saint-Omer no começo do século XII, a vida que leva por um momento o conde de Flandres, Robert de Frison, no mosteiro de Saint-Bertin. Vida “privada” com efeito, pois, durante a quaresma que antecedeu sua morte, esse príncipe, *personna publica*, investido do poder de dirigir o povo, fez retiro, abandonando temporariamente a atividade de regalia; escolhendo residir no interior do claustro, como simples particular, tendo abandonado suas armas, símbolos de seu poder, ele penetrou em uma outra zona do espaço jurídico, em um outro *ordo*, o da penitência. No ponto de chegada dessa derivação, os *privatae*, no latim dos escritos monásticos, são latrinas.

Voltado para as línguas vernáculas, dou-me conta de que, nas línguas romanas, a palavra privado significa mais ou menos a mesma coisa. Ao “privado”, à “privança”, ao “privativo” pertencem, com efeito, nos textos que se servem da linguagem das cortes, os seres e as coisas abrigados no círculo da família (familiares e não estrangeiros: “*estranhos ou privados*”, a oposição está em uma canção de Guilherme da Aquitânia), tudo o que está incorporado à domesticidade e sobre o que o dono da casa estende seu poder (“de seus homens, levou doze de seus privados”, diz Wace), permanecendo o vínculo quando este grupo

é levado a sair para o exterior (“onde quer que eu esteja, sou vosso privado”, lê-se na *Chanson d'Aspremont*). A mesma evolução se manifesta em direção do íntimo, do secreto. *La quête du Saint-Graal* fala dos “grandes segredos e intimidades de Nosso Senhor”, e quando Wace, no *Roman de Rou*, transpondo Dudon de Saint-Quentin, mostra os notáveis da Normandia reunidos em conciliábulo, buscando juntos um meio de escapar às exações que os francos fazem pesar nesse momento sobre o país, ele os diz reunidos “privadamente”, isto é, não como nessas reuniões em que os membros do povo, em pleno dia, ao ar livre, exprimem o que pensam, deliberam sobre as questões comuns; pois, ainda que se trate de um debate a propósito dos interesses coletivos, ele é conduzido às escondidas, a portas fechadas. E se vê nitidamente como se passa do íntimo, envolto em um apego que se nutre de conivências, ao clandestino, portanto ao suspeito. Suspeito aos olhos do poderio exterior, opressivo, e que o poder público de regulação tem o dever, conseqüentemente, de desmascarar, de desemboscar. Na relação conflituosa que desse modo se estabelece, o privado aparece bem contido em um espaço protegido, uma defesa, é como uma fortaleza sitiada.

Tal é o resultado de um percurso inaugural em meio às palavras. Retenhamos de início a solidez do sentido. O conceito, sustentado por uma estrutura muito firme da linguagem, afirma sua permanência através das eras. Com toda a evidência, na época feudal permanece perfeitamente clara a ideia, expressa por vocábulos que se organizam em torno de *privatus*, de que existem atos, seres, objetos que escapam de direito à autoridade coletiva e por isso estão estabelecidos em um domínio restringido por limites precisos, cuja função é constituir obstáculo a toda tentativa de intrusão. Então, já que se trata de definir não o conjunto do privado, mas a vida privada por oposição à vida pública, em primeiro lugar nota-se que essa oposição é questão de lugar. A área da vida privada seria o espaço doméstico circunscrito por um recinto, tal como o do claustro onde o conde Robert de Flandres se refugiava para só pensar em sua alma, modificando de súbito a tonalidade de sua existência no momento em que

transpunha o seu limiar. Contudo, é importante notar que existem graus na reclusão, que a noção de vida privada é de fato relativa, pois que se passa progressivamente do mais externo ao mais interno, desde o fórum, a estrada, a *strada*, o estrado, o palco, até esses últimos redutos em que se encerra o mais precioso de suas riquezas ou de seus pensamentos, em que as pessoas se fecham entre quatro paredes para posturas que as conveniências proibem exhibir. Desse modo, é preciso admitir que a oposição entre vida privada e vida pública é menos questão de lugar do que de poder.

No entanto, o contraste não é entre poder e não-poder, mas entre duas naturezas de poderes. Distingamos dois distritos em que a ordem e a paz não são mantidas em nome dos mesmos princípios, em que, em ambos, o indivíduo é submetido, controlado, em que se corrige, se castiga, mas em que a correção e o castigo cabem a autoridades diferentes. De um lado, o propósito é reger a *res publica*, o *populus*, o grupo de homens (digo de homens: as mulheres escapam a este poder) cuja reunião constitui o Estado, que são copossuidores de bens comuns e corresponsáveis pelo bem comum. Esse domínio é do coletivo, portanto, como se dizia na Roma antiga, *extra commercium*, inalienável; a *res populi* é *res nullius*, e sua gestão cabe ao magistrado, ao *rex* e à *lex*, ao rei e à lei, que é a voz do povo. Uma barreira jurídica fundamental isola da *res publica* o que, nos textos do século XII, é explicitamente designado como *res familiaris*. Um dos cartulários da abadia de Cluny contém um documento intitulado *dispositio rei familiaris*; é um plano de gestão elaborado em 1148 a pedido do pai da fraternidade clunisiana, o abade Pierre, o Venerável, preocupado em sanear a economia doméstica, como era seu dever e seu poder de *pater familias*. A *res familiaris*, como se vê, serve de suporte à vida de uma família, portanto de uma coletividade, mas distinta da coletividade do povo e que é definida por sua área natural de reunião, de encerramento, deveria dizer, que é a casa. Essa comunidade privada não é regida pela lei, mas pelo “costume”. Certos membros do corpo que ela constitui fazem também parte do povo e a esse título recaem sob

a ação da lei, mas apenas no tempo em que se desprendem desse corpo para entrar na vida pública.

A vida privada é portanto vida de família, não individual, mas de convívio, e fundada na confiança mútua. Em torno dos termos que exprimem nessa época a noção de *privacy* mantém-se, com efeito, enriquecendo essa noção, uma constelação de outros termos. Detenhamo-nos em um deles, *commendatio*, palavra-chave, na verdade, pois define a entrada na relação sobre a qual se edificava a concórdia no interior dos grupos privados. Como traduzir? Por esse ato um indivíduo se confia, remete sua pessoa, liga-se ao chefe do grupo e, por meio dele, a todos aqueles que formam esse grupo, por um vínculo afetivo de grande poder que a linguagem vulgar e a linguagem erudita chamam *amizade*, e que constitui o cimento de todas as ordenações internas: tais relações estruturam uma entidade social defendida por uma parede protetora contra a “lei” cuja tendência é expandir-se, insinuar-se, de modo que o poder exterior manifesta o seu domínio, quando consegue fazê-lo, por um simbolismo de penetração: evocarei, na Idade Média tardia, a solenidade das entradas reais nas cidades, sua encenação, as chaves entregues — já que a chave, que pende da cintura da dama, isto é, da dona de casa, é bem o símbolo do poder adverso. Poder privado, poder interno este, mas que não é menos exigente e que, assim como o outro, não tolera as insubmissões do individualismo.

O PRIVADO NO DIREITO

Eis-nos então incitados, no limiar de uma pesquisa sobre o lugar que a sociedade dita feudal proporcionava à vida privada, a reconhecer onde se situava a linha de confronto entre dois poderes concorrentes, dos quais um era considerado como público. Revela-se bruscamente a configuração dessa sociedade durante as três ou quatro décadas que emolduram o ano mil, quando, há muito tempo carcomida, desaba a fachada de estruturas estáticas que a mascarava. O que se mostra então pode aparecer como